

ANÁLISE EMPÍRICA DO NEOCORPORATIVISMO NA AGRICULTURA CANAVIEIRA PARANAENSE

EMPIRICAL ANALYSIS OF NEOCORPORATIVISM IN “PARANAENSE” SUGAR CANE AGRICULTURE

Darcy Jacob Rissardi Júnior

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, PR, Brasil, darcyriissardi@gmail.com

Pery Francisco Assis Shikida

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, PR, Brasil, ortizluis@bol.com.br

André Maia Gomes Lages

Universidade Federal de Alagoas – UFAL, AL, Brasil, andre_lages@msn.com

Recebido em: 31/05/2017

Aceito em: 30/06/2017

Resumo

Este trabalho objetivou investigar as novas formas de organização da agroindústria canavieira no Paraná (considerado um representante típico do setor, não sendo nem *outlier* nem inexpressivo) à guisa do neocorporativismo. Para contemplar este escopo foram coletados dados primários junto às usinas/destilarias, mediante aplicação de questionários. Sob a perspectiva neocorporativista comprovaram-se o papel estratégico das organizações empresarias em torno da consecução de políticas públicas de interesses setoriais e a importância da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, sob jurisdição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na defesa dos interesses particulares dos agentes privados.

Palavras-chave: Agroindústria canavieira. Neocorporativismo. Paraná.

Abstract

This study aimed to investigate new forms of organization of the sugar cane industry in Paraná (considered a typical representative of the sector, being neither outlier or unimpressive) under of neo-corporatism. In order to contemplate this scope were collected primary data from the mills / distilleries, through questionnaires. The results testify, under the new corporatism view, the strategic role of business organizations about the attainment of public policies of sectional interests and the importance of Brazilian Chamber of the Productive Chain of Sugar and Alcohol, under the jurisdiction of the Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply (“MAPA”), defending private interests from private agents.

Keywords: Sugarcane agroindustry. New-corporatist. Paraná.

1 Introdução

O objetivo deste trabalho é investigar as novas formas de organização da agroindústria canavieira no Paraná (considerado um representante típico do setor, não sendo nem *outlier* nem inexpressivo) à guisa do neocorporativismo, buscando identificar o atual momento de “orquestração” de interesses deste importante segmento do agronegócio nacional, frente aos desafios ocasionados pela desregulamentação setorial.

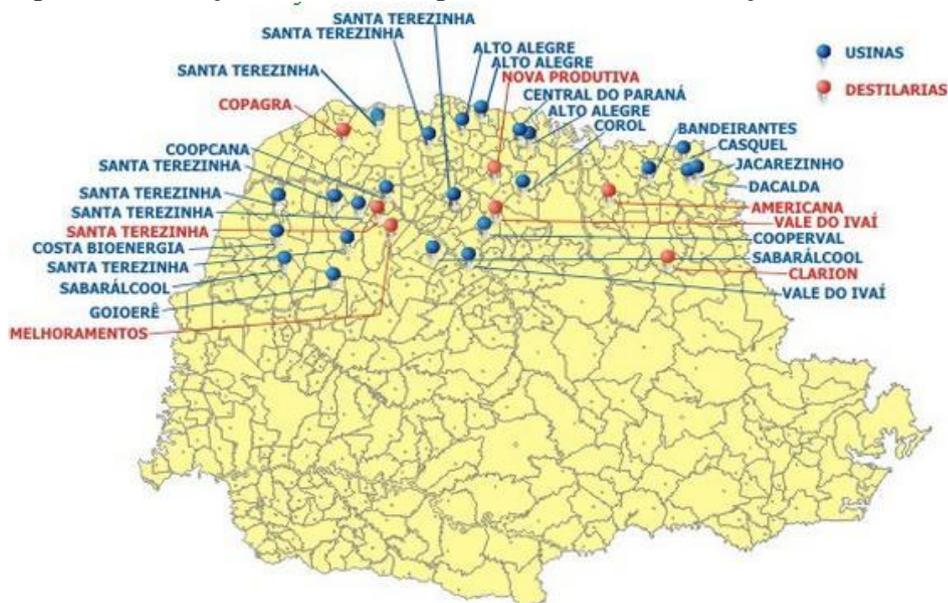
Para atender ao objetivo pretendido, fazem-se necessárias algumas considerações preliminares sobre a atividade canavieira no Paraná. Pode-se afirmar que as atividades econômicas neste estado, desde os seus primórdios, foram – e ainda são resultantes – da boa combinação de seus solos com o clima. Com efeito, o Paraná tem sua maior parte territorial concentrada na faixa úmida do Brasil Meridional, porém, ao norte do estado, onde estão

concentradas as lavouras de cana-de-açúcar, acha-se a área de transição para o clima tropical de duas estações, alternadamente seca e úmida. O cultivo da cana-de-açúcar em terras paranaenses, ao norte do Paralelo 24, se dá em solos argilosos e férteis (terra roxa), em menor escala, e nos derrames basálticos (arenito caiuá) predominantemente (SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB; 2003, 2011).

Numa breve perspectiva histórica, segundo Kaefer e Shikida (2000), o Paraná não apresentou influência no ciclo da economia açucareira que vigorou nos primeiros séculos de colonização do Brasil, pois sua tradição inicial focava no setor de subsistência, tropeirismo, extração da erva-mate e madeira. Somente com o desabastecimento de açúcar no Centro-Sul, durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), é que houve descentralização da produção nacional de cana, açúcar e álcool, propiciando a expansão da agroindústria canavieira em estados sem tradição no setor, sendo o caso paranaense, que, mesmo com tal ímpeto inicial, continuou sendo caracterizado pela sua condição periférica. Contudo, foi com o Proálcool que a produção de cana no Paraná avançou consideravelmente, mas, frisa-se, um pouco tardiamente, ou seja, já nos anos 1980. Dados mostram um aumento da área colhida com cana, que passou de 57.990 ha em 1980 para 140.772 ha em 1986, ultrapassando os 300.000 ha a partir de meados dos anos 1990. O Paraná chegou a ser o 2º maior produtor de cana do País.¹

A produção de cana estadual tem acompanhado as vicissitudes da indústria sucroalcooleira, mediante investimentos na ampliação da área de cultivo e no volume de cana produzida, além de elevação da produtividade e da melhoria da qualidade da matéria-prima. Ademais, entre os principais subprodutos derivados da economia canavieira, o bagaço da cana vem sendo destinado à geração de energia calorífera em unidades termoeletricas, além de constituir suplemento para a engorda de animais (DIAS, 2008; DAHMER-FELÍCIO, 2011; TRANIN, 2014). Tranin (2014) ainda ressalta que a agroindústria canavieira no Paraná é responsável por 25,1% da matriz energética deste estado.

Mapa 1: Mapa de localização das unidades produtoras de álcool e açúcar do estado do Paraná



Fonte: ALCOPAR (2017b).

¹ Não é objetivo do presente trabalho efetuar uma revisão de literatura aprofundada sobre a agroindústria canavieira no Paraná. Para maiores considerações sobre isto, ver, dentre outros: Kaefer e Shikida (2000); Shikida e Staduto (2005); Schmidtke (2007); Dias (2008); Dahmer-Felício (2011), Shikida e Rissardi Júnior (2012) e Goes (2013).

No âmbito do agregado total, a cultura da cana-de-açúcar ocupa 3,74% da área agricultável do Paraná, concentrando-se, sobretudo, nas regiões Norte Central, Norte Pioneiro, Noroeste e Centro-Occidental (Mapa 1). Existem 655 mil hectares plantados no estado e há, ainda, potencial que pode ser ocupado pela cultura canavieira principalmente em áreas de pastagem extensiva. São 30 unidades produtivas em funcionamento, entre usinas e destilarias, que geram cerca de 60.000 empregos diretos (TRANIN, 2014).

Em termos quantitativos, na safra 2013/2014 o Paraná produziu 42,2 milhões de toneladas de cana, 3,0 milhões de toneladas de açúcar e 1,5 bilhão de litros de etanol. Relativamente, estes números qualificam o estado como o 4º lugar na produção nacional de cana, 3º lugar na produção de açúcar e 5º lugar na produção de etanol, sendo responsável por 6,5% da produção canavieira, 5,4% da produção alcooleira e 8,1% da produção açucareira do País (UNICA, 2017).

O Quadro 1 expõe, sinteticamente, alguns aspectos caracterizadores e fases da evolução histórica da agroindústria canavieira no Paraná.

Quadro 1: Fases e características da agroindústria canavieira do Paraná

PERÍODO	FATOS E CARACTERÍSTICAS
Até 1942	<ul style="list-style-type: none"> • A cultura da cana-de-açúcar estava vinculada a pequenos alambiques e engenhocas. • Os primeiros produtores de açúcar (rudimentar) no Estado foram as engenhocas de Sertanópolis (Norte) e de Morretes (Litoral). • Criação do IAA (1933). Proibição da produção de açúcar rudimentar. • Segunda Guerra Mundial contribuiu para a descentralização da produção nacional de cana-de-açúcar, de açúcar e de álcool.
De 1942 até 1974	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria nº 17, de 3/9/1942, autoriza o funcionamento das duas primeiras usinas do Paraná: Usina Bandeirantes e Central do Paraná. • Usina Bandeirantes compra 1.035 alqueires de terra. Início da produção, em 1943, com 1.899 sacas de açúcar. • Usina Malucelli em Morretes. Em 1947 produziu 7.967 sacas de açúcar. Em 1971 encerrou as atividades. • Central do Paraná inicia o plantio de cana em 1944. No ano de 1946 inicia a produção com 13.424 sacas. • Usina Jacarezinho iniciou a produção de açúcar com 22.600 sacas em 1947. • Usina Santa Terezinha inicia as atividades em 1955 com alambique de cachaça. Em 1963 produz 6.244 sacas de açúcar.
De 1975 até 1990	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto Federal nº 76.593, de 14/11/1975, institui o PROÁLCOOL. • Surge com força total o uso do álcool combustível (anidro e hidratado). • No Paraná surgem 34 projetos para implantação de destilarias, sendo 4 anexas e 30 autônomas. • 31 projetos são implantados e iniciam a produção. • Em 1985, 92,17% de todos os veículos, ciclo Otto, comercializados no País, eram movidos a álcool hidratado. • Em 1988, o Paraná derruba o cartel que durante várias décadas proibiu a instalação de novas indústrias de açúcar com cotas de 500.000 sacas cada uma. Portaria MIC 44/1988.
De 1990 aos dias atuais	<ul style="list-style-type: none"> • MP 151, de 15/3/1990, extingue o IAA. • É liberada a implantação de indústrias de açúcar e de álcool no território nacional. • Liberação das exportações de álcool e de açúcar. • Portaria 294/1996, que libera os preços do anidro a partir de 5/1997. • Portaria 275/1998, que libera preços da cana, do açúcar e do álcool hidratado a partir de 2/1999.

PERÍODO	FATOS E CARACTERÍSTICAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Vitória do Brasil e outros países junto a OMC em relação aos subsídios da União Europeia à exportação de açúcar. • Decisão de vários países referente à adição de álcool carburante na gasolina, abrindo novas expectativas quanto ao aumento da exportação deste produto.

Fonte: Dias (2003).

Dados mais recentes da ALCOPAR (2017a) e UNICA (2017) mostram que a produção de cana-de-açúcar no Paraná oscilou nos últimos dez anos-safras, com tendência de perda de importância no total nacional (Tabela 1). Isto ocorreu em função da elevação das produções de estados concorrentes, bem como pela limitação territorial existente no estado, com delimitação do Paralelo 24. Tal informação já era apontada pelo Relatório da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB (2011), que assinalava a perda da importância do Paraná quando comparada ao Brasil, devido à expansão da lavoura e novos investimentos em usinas/destilarias, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Tabela 1: Números índices relativos à produção de cana-de-açúcar em estados selecionados do Brasil, safras 2003/2004 a 2013/2014

Estado	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14
SP	58,1	59,8	63,3	64,2	60,1	61,7	60,3	58,2	54,8	56,4	56,6
PR	8,0	7,6	6,5	7,8	8,2	7,9	7,6	7,0	7,3	6,8	6,5
MS	2,5	2,5	2,4	2,8	3,0	3,2	3,9	5,4	6,1	6,4	6,4
MT	4,0	5,6	3,2	3,2	2,9	2,5	2,3	2,2	2,4	2,8	2,6
GO	3,6	3,6	3,8	3,9	4,2	5,2	6,7	7,4	8,1	9,0	9,6
MG	5,3	3,8	6,4	7,1	7,3	7,3	8,3	9,0	9,0	8,9	9,4
RJ	1,3	1,5	1,3	0,8	0,8	0,6	0,5	0,4	0,4	0,2	0,3
ES	0,8	1,0	1,0	0,7	0,8	0,8	0,7	0,6	0,8	0,6	0,6
Centro-Sul	83,5	85,4	87,8	90,6	87,3	89,1	90,3	90,2	88,8	91,1	92,0
AL	8,0	6,8	5,8	4,4	6,0	4,8	4,0	4,7	5,0	4,0	3,3
BA	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5
SE	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,5	0,4	0,4
PE	4,9	4,3	3,6	2,7	4,0	3,3	3,0	2,7	3,2	2,3	2,3
PB	1,4	1,4	1,1	0,7	1,1	1,0	1,0	0,8	1,2	0,9	0,8
RN	0,7	0,8	0,6	0,4	0,4	0,6	0,6	0,4	0,5	0,4	0,3
MA	0,4	0,3	0,2	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Norte-Nordeste	16,5	14,6	12,2	9,4	12,7	10,9	9,7	9,8	11,2	8,9	8,0

Fonte: Dados da Pesquisa. A produção de cana de cada estado foi extraída de ALCOPAR (2017a) e UNICA (2017).

Não obstante sua posição relativa, a agroindústria canavieira no Paraná vem apresentando algumas vantagens comparativas em relação aos demais estados, fruto da logística de transporte por meio de ferrovia/rodovias, da proximidade das lavouras/usinas e destilarias do mercado centro-sulista, do investimento do governo estadual no terminal público de álcool e público-privado em armazém de açúcar, ambos no terminal do Porto de Paranaguá, etc. (DAHMER-FELÍCIO, 2011; SHIKIDA; RISSARDI JÚNIOR, 2012).

Diante destas breves considerações sobre a cultura canavieira no Paraná, pretende-se analisar como esta agroindústria se organizou em face às novas regras na relação entre os agentes privados e o Estado. Esta temática encontra uma importante base teórica e conceitual na abordagem neocorporativista, que enfatiza a organização dos diversos atores por meio de grupos de interesse na articulação de demandas e apoio na elaboração de políticas públicas

benéficas para o setor.

Sabe-se que a agroindústria canavieira no Brasil experimentou até a década de 1990 um ambiente institucional altamente regulamentado pelo Estado, não possibilitando, desta maneira, uma maior diferenciação entre as organizações que compunham este sistema agroindustrial, pois todos os seus agentes produtores (especialmente usinas e destilarias) estavam sujeitos a determinado paradigma subvencionista. Com a desregulamentação setorial, o sistema passou por grandes transformações institucionais e organizacionais. Como consequência da menor participação do Estado nas atividades ligadas ao setor, os empresários foram impelidos a viabilizar novas formas de acesso aos recursos necessários para os investimentos em modernização agrícola e industrial (VIAN, 2003).

Convivendo num ambiente cada vez mais concorrencial, as organizações passaram a adotar instrumentos de gestão, até então, negligenciados por parcela expressiva dos empresários do setor. Os problemas econômicos e políticos não podem ser enfrentados exclusivamente por meio do livre mercado. Eles exigem, algumas vezes, a intervenção governamental, para fazer valer acordos cooperativos privados entre os participantes de um setor industrial e também entre as indústrias e seus trabalhadores.

Isto posto, o presente trabalho está estruturado em cinco seções, incluída esta introdução. Na segunda seção consta um sucinto referencial teórico, na terceira seção a metodologia para levantamento dos dados da pesquisa, na quarta seção apresentam-se os resultados e discussão e na quinta seção fazem-se as considerações finais.

2 Fundamentos da teoria neocorporativista

Na década de 1970 começou a se delinear a teorização do neocorporativismo, isto é, de um especial processo sócio-político distinto do pluralismo, em que os grupos de interesse voltaram a ser uma espécie de corpos intermediários entre a sociedade e o Estado, constituindo organizações quase monolíticas, em número limitado.

Desde o trabalho seminal de Schmitter (1974), a natureza e implicações do surgimento do neocorporativismo passaram a sofrer uma ampliação em seu conceito ao abordar por que ocorrem determinadas propriedades associativas e de que forma se caracteriza o processo decisório no novo sistema de relações de interesses.

A tradição brasileira de participação estatal na definição de políticas e a atuação de grupos econômicos setoriais na busca de privilégios para enfrentamento da concorrência fizeram com que o Estado funcionasse como um agente e parceiro na regulação ou atuação em diferentes graus. O Estado, de maneira geral, não possui um projeto único de desenvolvimento de caráter globalizante e definido. O Brasil não é exceção entre as nações e, de acordo com Belik (1999), há o fracionamento das lealdades de classe que favorecem a emergência de outro tipo de arranjo institucional, com ênfase em termos pontuais e não para um projeto de desenvolvimento nacional em particular. Para Moraes (2002, p.21), “o afastamento do Estado e a complexidade existente na cadeia produtiva da cana-de-açúcar evidenciam algumas questões bastante importantes, entre elas, qual deve ser a nova forma de atuação do poder público e dos agentes privados em ambiente de livre mercado”. Nesse ambiente destaca-se a abordagem neocorporativista.

A forma neocorporativista é a maneira moderna que o Estado encontrou para implementar uma política pública, articulando os interesses privados em torno de projetos específicos que revelam uma autonomia relativa e capacidade de promover interesses coletivos, beneficiando determinados segmentos.

Schmitter (1974) definiu da seguinte forma um sistema corporativista:

[...] sistema de representação de interesses no qual as unidades constituídas são organizadas em torno de um número limitado de categorias singulares, compulsórias e não competitivas, organizadas hierarquicamente, reconhecidas e licenciadas pelo Estado representando o monopólio dentro de suas categorias em troca da observação de certos controles ou na seleção dos líderes e articulação com as demandas (SCHMITTER; 1974, p.93).

A partir dessa definição, Lehbruch (1984) apresenta o neocorporativismo de maneira pluridimensional, ao integrar três desenvolvimentos inter-relacionados: o desenvolvimento e fortalecimento de organizações de interesses centralizados que possuem um monopólio de representação; a concessão a estas associações de acesso privilegiado ao governo, e o crescimento mais ou menos institucionalizado das relações entre a administração pública e as organizações de interesses; e a consolidação de negociações (Estado, trabalhadores e empresários), em coordenação com as políticas governamentais. Para Schmitter¹, conforme Klein (2011), a estrutura socioeconômica, ao se tornar mais complexa, produziria um padrão pluralista de grupos de interesse. Haveria, então, nas óticas de Lehbruch e Schmitter, um ponto de contato em que ambos realçavam a natureza fechada e centralizada dos grupos de interesse, conquanto as abordagens se diferenciavam em relação à análise do modo de como se processam (vam) suas demandas (ARBIX, 1996).

A dinâmica da democracia, primeiramente nos países avançados, leva por si mesma a pactos corporativos em que, patrocinados pelo Estado democrático, sindicatos de trabalhadores e associações de empresários são conduzidos a participar de decisões econômicas e sociais. Em linhas gerais, o neocorporativismo representa um arranjo institucional ligando interesses organizados em associação com as estruturas decisórias do Estado. Os interesses aqui mencionados referem-se aos interesses de grupos organizados e que são forjados na dinâmica do processo produtivo, e não somente de uma classe. Nessa ótica de pensamento o neocorporativismo apresenta, de forma geral, esquemas tripartites (capital-trabalho-poder público) de governança que, organizado de forma autônoma, pressupõe uma relação de troca/barganha entre os diferentes interesses. A concertação passa a ser palavra definidora desta forma de implementação de políticas públicas que buscam o consenso através do diálogo sistemático (BELIK, 1999).

Conforme Takagi (2004), as pesquisas neocorporativistas que obtiveram maior proeminência inicial foram as que utilizaram o conceito de corporativismo para análise das políticas adotadas de forma global nos diversos países, estabelecendo um esforço de estipular um *ranking* de nações dentro dos estudos comparativos do seu grau de corporativização.

No entanto, as pesquisas de Cawson (1978; 1986), ao apresentarem três níveis de corporativismo – macro, meso e micro – foram relevantes para a continuidade dos estudos neocorporativistas. Passa-se de um estudo exclusivo em termos de economia nacional para uma abordagem também de setores particulares e regimes supranacionais. A noção de “meso-corporativismo” foi empregada para capturar a dinâmica específica desse processo de intermediação de interesses e de formulação de políticas que estão circunscritos a uma região ou setor. A partir dessa distinção de níveis, o corporativismo adquiriu contornos mais específicos (MARTIN, 1996).

No Brasil a conformação da câmara setorial do setor automotivo, no início dos anos 1990, revelou a necessidade premente de mecanismos neocorporativistas na indústria. A negociação de tipo neocorporativo ocorria em um nível intermediário, ou “meso” no setor automotivo brasileiro. Protagonizavam essas negociações os sindicatos de trabalhadores, sindicatos e associações empresariais, assim como os diversos órgãos e agências

¹ Entrevista concedida por Philippe Schmitter ao Jornal Valor Econômico.

governamentais que detinham a competência para formulação de políticas setoriais (ARBIX, 1996; MARTIN, 1996).

Apesar de focalizadas prioritariamente no setor industrial, as câmaras setoriais também avançaram sobre outros segmentos, principalmente a partir de 2002, quando se estabeleceram com maior abrangência e importância nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. A partir de uma composição de fatores, destaque para a desregulamentação setorial, as transformações da base tecnológica ocasionadas pela modernização agrícola e a crescente abertura comercial do País, a sinergia entre as representações do Estado, dos empresários e dos trabalhadores no setor agroindustrial canavieiro tornou-se fundamental para o desenvolvimento da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool (GONÇALVES JÚNIOR, *et al.*, 2009).

O Quadro 2, compilado de Gonçalves Júnior *et al.* (2009) e Câmaras Setoriais e Temáticas (2017), ilustra a evolução histórica da regulamentação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool).

Quadro 2: Evolução histórica da regulamentação da Câmara

Principais medidas institucionais	Objetivos
19/05/1988 – Decreto nº 96.056	Reorganizou o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e instituiu a Secretaria de Desenvolvimento Industrial (SDI), ou seja, as Câmaras Setoriais
12/07/1989	Criação das Câmaras Setoriais
02/05/1990 – Decreto nº 99.232 (não chegou a funcionar, tratando-se de um esboço de lei).	Dispõe sobre a estruturação do Conselho Nacional de Agricultura. Previa a participação do setor privado junto ao setor público na formulação políticas agrícolas.
17/01/1991 – Lei nº 8.171 Criação das Câmaras Setoriais no Ministério da Agricultura	Dispõe sobre a política agrícola. Criou o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), constituído por representantes do governo e da iniciativa privada: CNA, da OCB, da Contag. O CNPA contará com uma secretaria executiva e sua estrutura funcional será integrada por Câmaras Setoriais especializadas em produtos, insumos, comercialização, armazenamento, transporte, crédito, seguro e demais componentes da atividade rural.
1993 – Desativação do CNPA	Desativação do CNPA. Em função dos diversos vetos sofridos pela Lei 8.171 que criou o CNPA, não lhe dando poderes para definir a política agrícola no País, que permaneceu com o governo nos gabinetes e nos diversos órgãos dos ministérios.
1995 – Desativação das Câmaras Setoriais	Desativação das Câmaras Setoriais criadas no Ministério da Agricultura, principalmente, em função da ausência do CNPA.
2003 – Recriação do CNPA	Ministério da Agricultura recria o CNPA, através do Ministro Roberto Rodrigues.
2003 – Instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool.	Instalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool em 26 de maio de 2003, em Brasília.
2004 – Criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool	Criação pela Portaria nº 154, de 02 de julho de 2004
2005 – Criação da Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas –	Dotar o MAPA de estrutura adequada para receber, encaminhar e dar respostas às

Principais medidas institucionais	Objetivos
CGCA – Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005.	proposições das Câmaras Setoriais e Temáticas e estimular as Câmaras a priorizar a discussão de questões estruturais da cadeia produtiva, colaborando para a formação de políticas de longo prazo.

Fonte: Gonçalves Júnior *et al.* (2009); Câmaras Setoriais e Temáticas (2017).

3 Metodologia

Para abordar o estudo descrito realizou-se uma pesquisa junto às agroindústrias produtoras de cana-de-açúcar no Paraná. A base de informações usadas para esta finalidade foi o Anuário da Cana 2011. A metodologia empregada foi a de pesquisa de observação direta extensiva, realizada por meio de técnica de interrogação mediante aplicação de questionário. O instrumento de coleta de dados foi constituído por uma série ordenada de perguntas que foram respondidas por escrito, com a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 1996), sendo utilizada, também, a internet como plataforma de coleta de dados. No caso dos questionários via internet, cada respondente foi convidado a participar da pesquisa por meio de um *link* num website criado para a investigação, e as respostas foram enviadas por meio do *google docs*. Ainda em relação aos questionários *on line*, estes foram desenvolvidos pelo pesquisador, porém as formatações das perguntas, visando atender à lógica da pesquisa, foram executadas em conjunto com profissional da área de tecnologia da informação e desenvolvimento de *softwares*. Quanto às análises dos resultados, estas foram tabuladas e descritas pelo pesquisador, utilizando, quando necessário, apresentação gráfica dos resultados.

Conforme Chizzotti (2001), o questionário é um conjunto de questões pré-elaboradas de forma sistemática e sequencial dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas, por meio escrito ou verbal, sobre determinado assunto que os pesquisados têm profusão em opinar ou informar. Portanto, é uma interlocução tecnicamente planejada.

No caso das pesquisas em ciências sociais, muitas dúvidas são concernentes à validade e confiança dos resultados obtidos. Para os problemas de confiabilidade e da validação dos resultados de estudos qualitativos não há soluções simples. Bradley (1993) recomenda o uso de quatro critérios para atenuá-los, a saber: conferir a credibilidade do material investigado; zelar pela fidelidade no processo de transcrição que antecede à análise; considerar os elementos que compõem o contexto; e assegurar a possibilidade de confirmar posteriormente os dados pesquisados. Constata-se em Neves (1996, p. 4) que “cumprir sequenciada e integralmente as fases de projeto de pesquisa, coleta de dados, análise e documentação contribuem para tornar mais confiáveis os resultados do estudo qualitativo”.

Frise-se que os dados analisados foram obtidos junto aos dirigentes agroindustriais, com participação efetiva em reuniões da ALCOPAR como representantes dos grupos privados, do setor produtor de cana, açúcar e etanol, em pesquisa de campo efetuada entre os meses de janeiro/2014 a novembro/2014, bem como respostas *on line*. Os dados obtidos por meio de pesquisa de campo foram transcritos para o formulário eletrônico a fim de obter uma saída uniforme das respostas. Como resultado da pesquisa de campo e das respostas recebidas no *link* criado para o estudo em questão, obteve-se um total de 8 grupos privados respondentes. De acordo com dados disponíveis no Portal da Cana (2015), os grupos informantes são detentores de 18 unidades em operação no Paraná (60% das unidades produtivas, conforme Mapa 1). Destaque-se que todas as usinas/destilarias dos grupos empresariais informantes da pesquisa possuem autorizações da ANP e do MAPA para funcionarem no Brasil, podendo também exportar etanol para os Estados Unidos (EUA). Três destes grupos possuem unidades que aderiram ao Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-

Açúcar, e três unidades produtoras de etanol do Paraná obtiveram registro completo do Conselho de Qualidade do Ar da Califórnia (CARB), órgão ambiental do estado norte-americano¹. Os respondentes apresentam capacidade produtiva informada para moagem de cana de 68% para o Paraná, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Capacidade de moagem dos grupos respondentes em relação ao total da capacidade de produção das usinas/destilarias instaladas no estado do Paraná

Produção	Unidade de medida	Total das unidades respondentes	Total das unidades no Paraná	% respondentes/PR
Capacidade de moagem	Cana/safra	35.130.010 t	51.644.890 t	68%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Portal da Cana (2015).

Outrossim, em função de critérios definidos previamente, e visando manter o anonimato das empresas e organizações, e de seus respondentes, os resultados foram tabulados e analisados de forma agregada.

4 Resultados e discussão

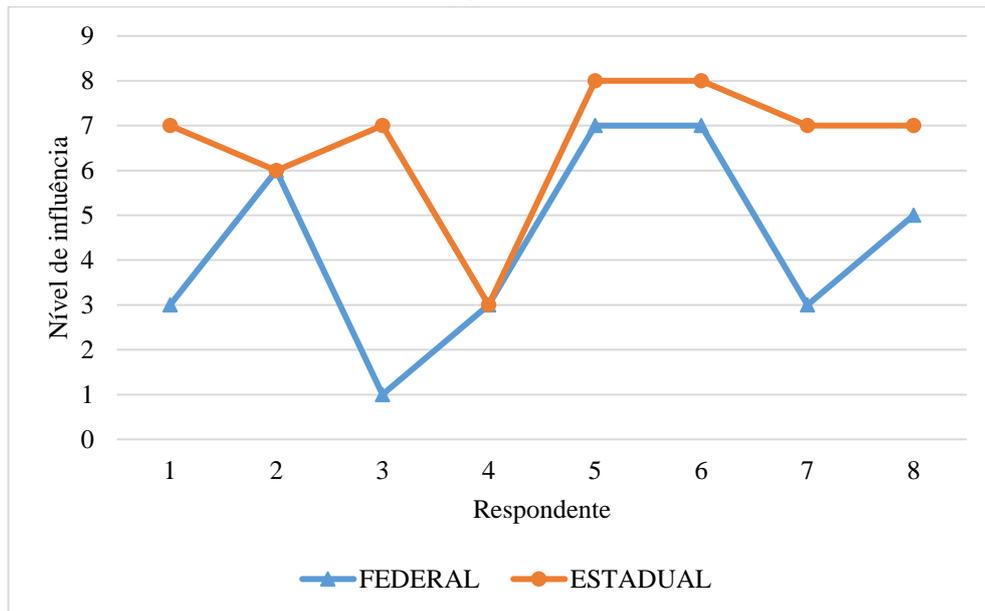
Na abordagem meso neocorporativista as organizações que representam interesses funcionais, muitas vezes monopolisticamente, se envolvem em atividades que combinam representação de interesse e a implementação de políticas públicas através de trocas políticas com os agentes do Estado. No entanto, as relações baseiam-se em certo grau de autonomia, nem o Estado controla as organizações de interesse, nem as agências estatais são capturadas pelo interesse privado (CAWSON, 1986).

Uma das características do neocorporativismo é a colaboração inter-grupos e entre grupos e governo na administração de políticas, através da responsabilidade delegada da política governamental, donde se abstrai a importância da representatividade política nas várias esferas de governo. Neste aspecto, na opinião dos grupos agroindustriais canavieiros no Paraná, a representatividade política, considerada numa escala de 0 a 10, em que “0” representa “nenhuma influência” e “10” é tida como “máxima influência”, obteve a seguinte configuração: na esfera federal, a nota 3 foi citada 3 vezes, a nota 7 duas vezes e as notas 1, 5 e 6 uma vez cada; na esfera estadual, a nota com maior incidência foi 7 (quatro respostas), nota 8 (duas opiniões) e as notas 3 e 6 com uma resposta cada. O Gráfico 1 demonstra que, na ótica dos informantes, a representatividade política estadual é mais influente no setor do que a representatividade federal.

Para analisar a defesa dos interesses particulares ou coletivos, foi utilizada a mesma escala de valores da representatividade política, de 0 a 10, em que “0” representa “nenhuma importância” e “10” significa “muitíssima importância”. Os resultados obtidos foram os seguintes, conforme demonstra o Gráfico 2.

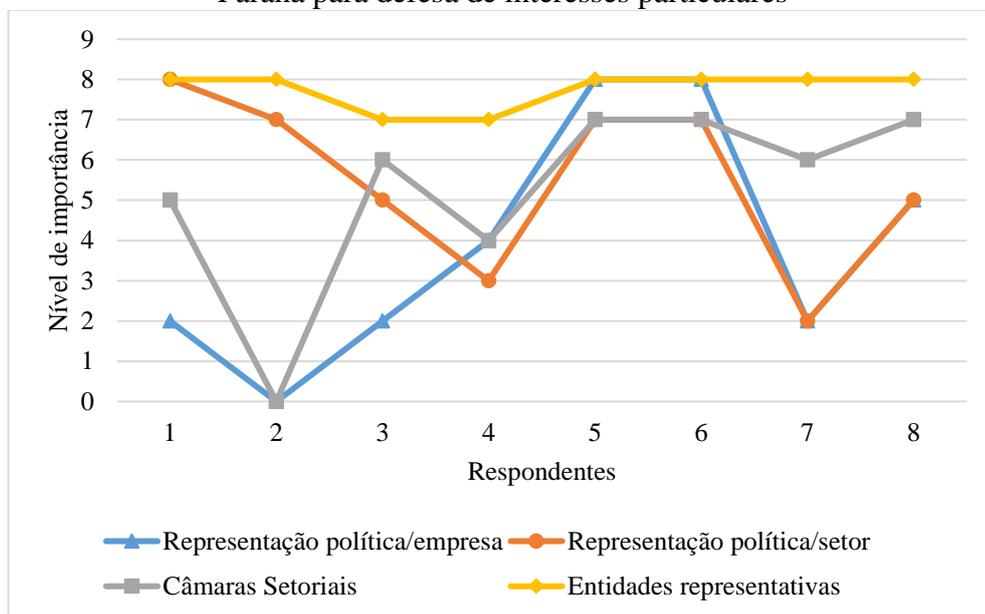
¹ O registro significa que essas unidades industriais comprovaram que conseguem produzir e transportar o etanol de cana-de-açúcar com níveis de recuperação de carbono acima dos níveis padrão de registro geral no CARB e na Agência de Proteção Ambiental americana (EPA, na sigla em inglês) (BATISTA, 2012).

Gráfico 1: Nível de influência da representatividade política do setor nas esferas federal e estadual



Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 2: Nível de importância das instituições e organizações na agroindústria canaveira no Paraná para defesa de interesses particulares



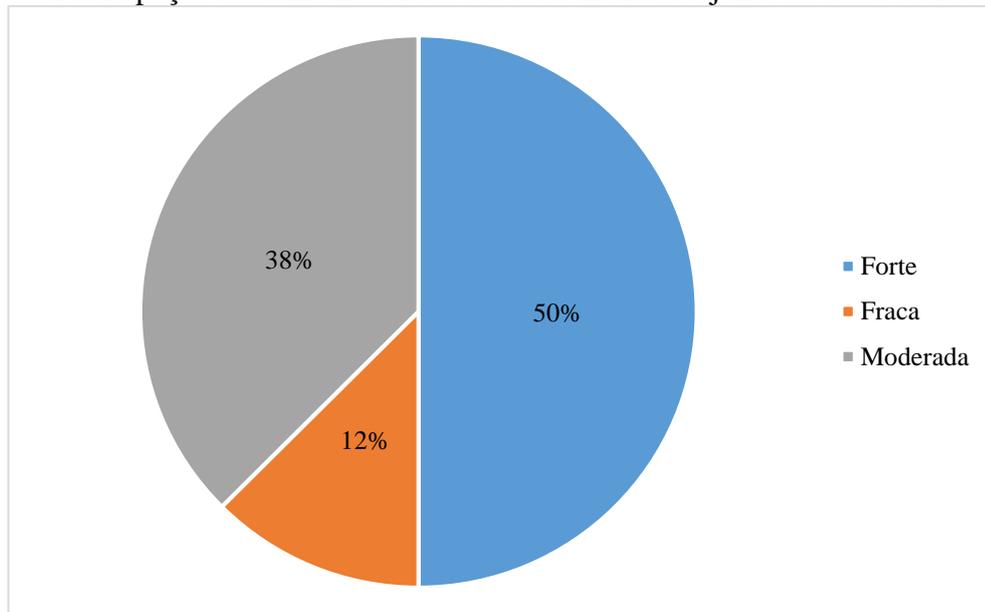
Fonte: Dados da Pesquisa.

Evidenciou-se a força exercida pelas entidades representativas na defesa dos interesses particulares dos grupos informantes e em uma escala ligeiramente inferior às câmaras setoriais. Quanto às entidades que representam as usinas/destilarias, destaca-se a ALCOPAR para a totalidade dos respondentes; mas foram citadas, também, o Fórum Sucroalcooleiro, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e a UNICA.

A pesquisa com os grupos sucroalcooleiros com atuação no Paraná revela que, para 75% destes, “os órgãos públicos não têm consultado a usina/destilaria (informações) para que as políticas públicas se aproximassem das necessidades dos setores produtivos”, apesar de 50%

dos respondentes considerarem “a participação da sua usina na defesa dos seus interesses junto ao setor sucroalcooleiro” serem consideradas “fortes” e 38% “moderada” (Gráfico 3). A pesquisa junto ao setor revela que 88% já foram “convidados a participar de ação integrada, onde participariam representantes do poder público, empresas e empregados na discussão de políticas públicas benéficas para o setor”. *A priori* pode parecer que as respostas são incoerentes, pois se afirma que os órgãos públicos não consultam as empresas de maneira individual, porém, a maioria já foi convidada para participar de ações integradas nas discussões setoriais. Desta aparente incoerência pode-se concluir que o Estado, especificamente neste caso, procura o respaldo de decisões coletivas em órgãos de representação setorial para implementação de políticas públicas.

Gráfico 3: Participação da usina na defesa dos seus interesses junto ao setor sucroalcooleiro



Fonte: Dados da Pesquisa.

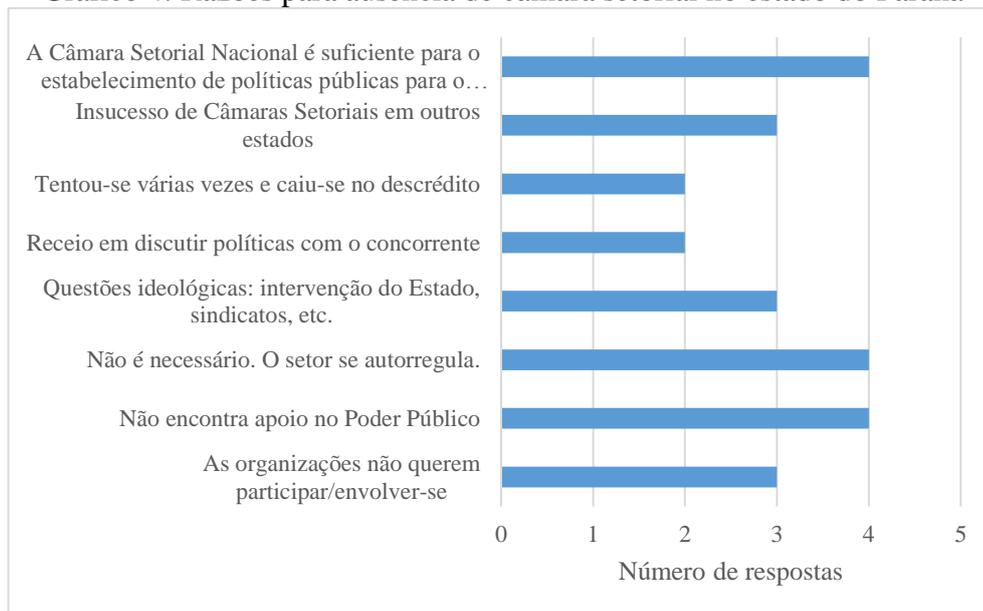
É inegável que a parceria e/ou trabalho integrado sejam considerados fatores importantes para o desenvolvimento de qualquer cadeia produtiva, porém os resultados para tal assertiva, em termos da agroindústria canavieira situada em solo paranaense, mostra uma clara divisão de opiniões, ou seja, para 50% dos pesquisados “o setor sucroalcooleiro, em termos de agroindústria é integrado”, enquanto para o mesmo percentual o setor não apresenta integração nos trabalhos realizados. Tal dado confirma trabalho de Silva Dias (2011):

Os conflitos dentro das cadeias produtivas foram frequentes e poucos convergiram para um padrão cooperativo entre os agentes. Açúcar e álcool tiveram problema, em 1999, para administrar uma fase de preços baixos, com a tentativa de formar estoques por uma ação coordenada das usinas que desgastou a capacidade de coordenação interna e quase foi condenada no CADE. Logo depois, em 2001, quase o reverso aconteceu, com a necessidade de importação de álcool dos EUA para ultrapassar a entressafra. A UNICA tentou apresentar uma regulamentação com parceria pública/privada, mas não prosperou por falta de unidade do setor (SILVA DIAS; 2011, p.184).

Quando confrontados os interesses corporativos do setor sucroalcooleiro antes e pós-desregulamentação setorial, a percepção de 63% dos dirigentes da agroindústria canavieira é de que, com a desregulamentação, os interesses estão sendo bem encaminhados, 37% preferem o antigo ambiente de regulamentação como, por exemplo, com as políticas de preços, que eram definidos por meio de normas e regras governamentais.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool, “com a participação de empresas, governos e empregados para a discussão e políticas públicas para o setor sucroalcooleiro” é importante para 75% dos atores pesquisados. De acordo com os dirigentes pesquisados, o Estado do Paraná não possui uma câmara estadual, e as principais razões para essa ausência, apresentados no Gráfico 4, seriam, pela ordem de importância: 1º) a Câmara Setorial Nacional é suficiente para o estabelecimento de políticas públicas para o setor; 2º). Não se encontra apoio no poder público estadual; e 3º) não é necessário, o setor se autorregula. Houve, ainda, outros motivos elencados, porém com uma importância menor, tais como: questões ideológicas; as organizações, simplesmente, não querem participar/envolver-se; e devido ao insucesso de câmaras setoriais em outros estados.

Gráfico 4: Razões para ausência de câmara setorial no estado do Paraná

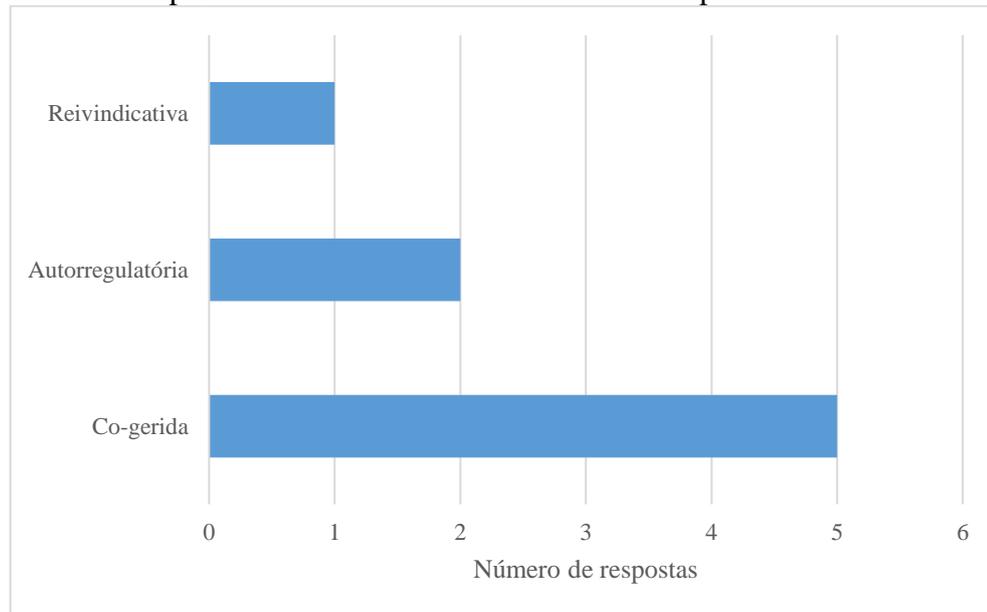


Fonte: Dados da Pesquisa.

Concluindo a percepção dos agentes privados que compõem o corpo diretivo das organizações agroindustriais canavieiras com unidades no Paraná, sobre o item “câmaras setoriais”, a principal característica apontada por 63% deveria ser “co-gerida”, ou seja, com a participação conjunta com órgãos públicos para auxiliar na formulação de políticas públicas. Dois grupos respondentes (25%) entendem que a característica que deveria sobressair seria a “autorregulação”, resumindo, que as ações deveriam ser executadas apenas por entes privados, como, por exemplo: campanhas de marketing, formação de preços, etc. Um dos pesquisados acredita num modelo “reivindicativo”, com a formação de lobby para reivindicar ao Estado a diminuição de tributos, melhoria da exportação, infraestrutura, etc. (Gráfico 5).

Concluindo a análise do Gráfico 5, é interessante observar a mudança ocorrida no comportamento dos dirigentes da agroindústria canvieira no Paraná, pois as relações entre o setor agropecuário, de maneira geral, e poder público foram fortemente marcadas pelas ações reivindicatórias. Neste estudo evidenciou-se a necessidade de parceria entre o setor público e as Câmaras Setoriais em torno de programas e políticas públicas que beneficiem toda a cadeia produtiva do açúcar e do etanol.

Gráfico 5: Principal característica de uma câmara setorial para o setor sucroalcooleiro



Fonte: Dados da Pesquisa.

5 Considerações finais

Este artigo objetivou investigar as novas formas de organização da agroindústria canieira no Paraná à guisa do neocorporativismo, buscando identificar o atual momento de “orquestração” de interesses deste segmento do agronegócio nacional frente aos desafios ocasionados pela desregulamentação setorial.

Antes de proceder à análise dos dados coletados na pesquisa de campo, é importante lembrar que os respondentes dos questionários exercem função gerencial nas usinas e destilarias no Paraná, o que os torna conhecedores e aplicadores das estratégias adotadas pelos grupos empresariais a que pertencem e, além disso, são os representantes da empresa nas reuniões da ALCOPAR, o que os habilita a participar de decisões como porta-vozes dos grupos na defesa dos interesses setoriais.

A representação política é essencial nas sociedades democráticas e pluralistas. A economia apresenta desafios cada vez maiores que são definidores de comportamentos e atitudes dos indivíduos. Nessa “arena” de interesses surgem as associações corporativas – por meio de sindicatos patronais e de empregados, associações empresariais e outros – e constituem mecanismos de solução de problemas que crescem em quantidade e complexidade.

Na perspectiva diretiva da agroindústria da cana-de-açúcar no Paraná, no que concerne ao *approach* neocorporativista, especificamente na defesa dos interesses particulares dos atores, constatou-se, numa escala pré-estabelecida de níveis de influência, que a representatividade política estadual exerce maior influência comparada à esfera federal. Já numa escala pré-estabelecida de níveis de importância, os informantes apontaram as entidades representativas e a Câmara Setorial como as mais importantes para a defesa dos interesses particulares. Ainda em relação a isto, destaca-se a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, sob a jurisdição do MAPA, que, na opinião dos respondentes, é suficiente para o estabelecimento de políticas públicas para o setor e que é apontada como uma das principais razões para o Paraná não possuir uma câmara estadual. Concluindo esta análise, o corpo diretivo pesquisado opina que a principal característica de uma câmara setorial é a co-gestão (parceria entre esta e o setor público) para a tomada de decisões e ações.

Embora os órgãos públicos não consultem as usinas/destilarias para obter informações

que conduzam as políticas públicas de interesse da atividade, os pesquisados informaram que já foram convidados para atuar em ações integradas com a participação de representantes do poder público, empresas e empregados, na discussão de políticas públicas de interesse setorial. Estas informações corroboram a abordagem neocorporativista que afirma que a “orquestração” de interesses assume um caráter tripartite.

Quanto à integração do setor, há uma nítida divisão na percepção dos dirigentes dos grupos privados, ou seja, 50% consideram que a agroindústria canavieira no Paraná não é integrada em termos de atividades agroindustriais, confirmando os conflitos existentes dentro da cadeia produtiva. Como conclusão da pesquisa aplicada aos dirigentes dessa atividade, 63% informam que pós-desregulamentação setorial os interesses da atividade canavieira estão sendo bem encaminhados.

Por meio de uma análise empírica, a partir de um estudo de caso, realizou-se uma pesquisa com os dirigentes das agroindústrias canavieiras sediadas em terras paranaenses, para investigar as novas formas de organização à guisa do neoinstitucionalismo e de neocorporativismo. Com isso procurou-se identificar quais as principais atitudes e comportamentos dos agentes privados, bem como o atual momento de “orquestração” de interesses deste segmento do agronegócio frente aos desafios ocasionados pela desregulamentação setorial.

Como resultado do estudo da agroindústria canavieira no Paraná, por meio da abordagem neocorporativista, comprovou-se o papel estratégico das organizações empresarias em torno da consecução de políticas públicas de interesses setoriais e a importância da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, sob jurisdição do MAPA, na defesa dos interesses particulares dos agentes privados. Ainda sobre as câmaras setoriais, o corpo diretivo das usinas e destilarias opinou como principal característica de uma câmara setorial o processo de co-gestão (parceria entre o setor público e as CS) para a tomada de decisões e ações. Outro dado a salientar é que os órgãos públicos não consultam as empresas para obter informações que conduzam as políticas públicas de interesse do setor, no entanto, as usinas/destilarias informaram que já foram convidadas para atuar em ações integradas com a participação de representantes do poder público, empresas e empregados na discussão de políticas públicas de interesse setorial. Estas informações corroboram a abordagem neocorporativista que afirma que a “orquestração” de interesses assume um caráter tripartite.

Com efeito, não restam dúvidas de que muitos outros temas podem ser trabalhados em trabalhos futuros. Este artigo seguiu um determinado rumo metodológico num contexto de outras inclinações possíveis. Espera-se que seu propósito tenha sido atingido, qual seja: aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica da agroindústria canavieira no Paraná pós-desregulamentação, contribuindo para o enriquecimento do debate acerca deste setor, que é importante tanto para a questão de segurança alimentar como para a segurança energética nacional.

Referências

ARBIX, G. A dinastia corporatista. **Tempo Social**, São Paulo, v.8, n.1, p.127-159, mai. 1996.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BIOENERGIA DO ESTADO DO PARANÁ (ALCOPAR). **Estatísticas Brasil**. 2017a. Disponível em: <<http://www.alcopar.org.br/estatisticas>>. Acesso em 04 jan. 2017.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE BIOENERGIA DO ESTADO DO PARANÁ (ALCOPAR). **Mapa de localização das unidades produtoras de álcool e açúcar do Estado**

do **Paraná**. 2017b. Disponível em: <<http://www.alcopar.org.br/associados/mapa.php>>. Acessada em 04 jan. 2017.

BATISTA, F. Usinas do PR obtêm registro para exportar. **Valor econômico**. São Paulo, 19 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2908754/usinas-do-pr-obtem-registro-para-exportar-etanol-california>>. Acessada em 04 jan. 2017.

BELIK, W. Políticas setoriais para o setor agroalimentar no Brasil. In: MALUF, R. S.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Reestruturação do sistema agroalimentar**: questões metodológicas e de pesquisa. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999. p.179-198.

BRADLEY, J. Methodological issues and practices in qualitative research. **Library Quarterly**, v.63, n.4, p.431-449, out. 1993.

CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS. **Açúcar e álcool**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>>. Acesso em 04 jan. 2017.

CAWSON, A. Pluralism, Corporatism and the role of the state. **Government and Opposition**, Cambridge University Press, v.13, n.2, p.178-198, abr. 1978. Disponível em: <<http://www.acawson.com/political-theory/4572866540>>. Acessada em 04 jan. 2017.

CAWSON. A. **Corporatism and political theory**. Oxford: Basil Blackwell, 1986. 174p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001. 164p.

DAHMER-FELÍCIO, V. S. Avaliação de contratos na agroindústria canavieira paranaense utilizando a nova economia institucional e análise fatorial de correspondência. Toledo, 2011. 95p. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

DIAS, J. A. S. **Situação da cana-de-açúcar no estado do Paraná**. 2003. 17 slides: color. Disponível em: <<http://alcopar.org.br/tecnica/download.htm>>. Acessada em 04 jan. 2017.

DIAS, L. C. Determinantes das ofertas de açúcar e álcool paranaenses (1981-2006): uma análise de co-integração. 2008. 94p. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

GOES, T. H. M. Estratégias de responsabilidade social empresarial (RSE) na agroindústria canavieira paranaense. 2013. 132p. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

GONÇALVES JÚNIOR, C. A.; ALVES, Y. B.; SHIKIDA, P. F. A.; STADUTO, J. A. R.; ROCHA JÚNIOR, W. F. da. Um estudo das deliberações da câmara setorial do açúcar e do álcool usando análise de correspondência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.47, n.1, p.183-210, jan./mar., 2009.

KAEFER, G. T.; SHIKIDA, P. F. A. The genesis of sugarcane industry in Parana State and its recent development. In: **Anais ... Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 38;

World Congress of Rural Sociology, 10. Rio de Janeiro: SOBER/UNICAMP/IRSA, 2000. p.406. CD-ROM.

KLEIN, C. O Brasil não precisa mais do corporativismo. **Valor econômico**. São Paulo, 01 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/875241/o-brasil-nao-precisa-mais-do-corporativismo>>. Acessada em 04 jan. 2017.

LEHMBRUCH, G. **Concertation and the structure of corporatista networks**. 1984. Disponível em: <www.researchgate.net/.../00b495208b>. Acessada em 04 jan. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTIN, S. As câmaras setoriais e o meso-corporativismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 37, 1996, p.139-170. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000100008&lng=en&nrm=iso>. Acessada em 04 jan. 2017.

MORAES, M. A. F. D. de. Desregulamentação da agroindústria canavieira: novas formas de atuação do Estado e desafios do setor privado. In: MORAES, M. A. F. D. de; SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.). **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002, p.21-42.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.1, n.3, p.1-5, jul./dez. 1996.

PORTAL DA CANA 2015. **Dados estatísticos do setor sucroenergético**. Disponível em: <www.novacana.com/usinas-brasil/sul/parana/>. Acessada em 04 jan. 2017.

SCHMIDTKE, C. R. Expectativas da agroindústria canavieira paranaense diante da diminuição do protecionismo no comércio internacional. 2007. 136p. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

SCHMITTER, P. C. Still the century of corporatism? **The Review of Politics**. Indiana, v.36, n.1, p.85-131, jan. 1974.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ (SEAB). Departamento de Economia Rural. **Perfil da agropecuária paranaense**. Curitiba: DERAL, 2003. 94p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ (SEAB). Departamento de Economia Rural. **A situação e tendências do setor sucroalcooleiro**. Curitiba: DERAL, 2011. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/>>. Acessada em 04 jan. 2017.

SHIKIDA, P. F. A.; RISSARDI JÚNIOR, D. J. (Orgs.). **Agroindústria canavieira no Paraná e seus aspectos locais**. LedZe: Curitiba, 2012. 170p.

SHIKIDA, P. F. A.; STADUTO, J. A. R. **Agroindústria canavieira no Paraná: análises, discussões e tendências**. Cascavel: Coluna do Saber, 2005. 169p.

SILVA DIAS, G. L. da. Agronegócios: problemas de coordenação e regulação a superar. *In*: DELFIM NETTO, A. (Coord.). **O Brasil do século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2011, v.1, p.179-188.

TAKAGI, M. **Câmaras setoriais agroindustriais, representação de interesses e políticas públicas**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2004. 145p.

TRANIN, M. R. **Bioenergia**. 2014. Disponível em <http://smartenergy.org.br/2014/images/palestras/08maio_tarde/1_Etanol_Miguel_Tranin.pdf>. Acessada em 13 jan. 2015.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA). **Unicadata**. 2017. Disponível em <<http://www.unicadata.com.br>>. Acessada em 04 jan. 2017.

VIAN, C. E. de F. **Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização**. Campinas: Átomo, 2003. 217p.